

EDITORIAL

O número 20 da *Revista PUC-Educação* publica artigos em torno de dois temas centrais para a compreensão da educação brasileira na atual fase do desenvolvimento capitalista. Trata-se da relação entre Estado burguês e educação e da relação entre economia capitalista e educação. Com exceção do artigo de Décio Azevedo Marques de Saes, os demais resultaram das comunicações apresentadas durante o *VII Congresso Iberoamericano de Historia de la Educación Latinoamericana*, realizado em Quito, em setembro de 2005. As comunicações compuseram a mesa “Historia económica de la educación o economía de la educación”, temática relevante mas pouco abordada, e por isso mesmo merecedora de reflexão e divulgação. Se uma característica deste número é ressaltar a importância da dimensão política e econômica para a compreensão da história da educação profissional, outro destaque é a ampliação do debate histórico para outras formações sociais latino-americanas – evidenciando que, a despeito das particularidades, e da importância de compreendê-las como tal, o recurso analítico comparativo pode ser revelador. Busca-se também com este número da *Revista PUC-Educação* marcar o início das atividades do Grupo de Pesquisa HISTEDBR, da PUC-Campinas.

Abre a revista o artigo de Décio Azevedo Marques de Saes, intitulado “O direito à educação nas constituições: um modelo de análise”. Saes propõe um modelo analítico dos textos constitucionais que extrapola a análise meramente institucional. Sua proposta analítica compreende duas dimensões: a forma institucional, relativa aos enunciados da lei propriamente dita, e o valor estrutural relativo ao significado social, oculto ou não, do texto constitucional. Procura-se assim descobrir a real a função política dos textos constitucionais e, desta forma, os interesses e conflitos de classe que eles secretam.

O texto de Newton Bryan, intitulado “Desenvolvimento e desenvolvimento sustentável: metamorfoses do conceito e as suas relações com a política educacional”, analisa algumas concepções de desenvolvimento econômico que influenciaram as políticas nos países “em desenvolvimento”, tanto quanto o papel reservado à educação em tais concepções. Analisa desde as propostas da CEPAL nos anos de 1970 e 1980 até a de desenvolvimento sustentável, vigente hoje nos documentos dos organismos internacionais que orientam as políticas educacionais. Bryan conclui seu artigo afirmando que, ao se considerarem os documentos produzidos em torno do desenvolvimento/ desenvolvimento sustentável dos países periféricos, evidencia-se a centralidade da educação. Se a educação era vista como promotora do desenvolvimento, na última década a idéia de desenvolvimento se articulava à extinção da miséria, à melhoria da qualidade de vida e preservação ambiental.

O papel da educação nas políticas de desenvolvimento dos organismos internacionais também é o tema da colaboração das pesquisadoras Olinda Evangelista e Eneida Oto Shiroma. Intitulado “Educação para o alívio da pobreza: novo tópico na agenda global”, o artigo faz uma crítica ao papel meramente ideológico que a educação assume nos documentos que informam as políticas públicas dos países em desenvolvimento. Evangelista e Shiroma analisam os discursos sobre a educação nas últimas décadas. Enquanto no início da década de 1990 predominam os conceitos de produtividade, qualidade, eficiência e concorrência, no final da década são os conceitos de justiça, equidade, coesão social, inclusão, *empowerment*, oportunidade e seguridade, aqueles que passam a orientar o debate dos organismos internacionais sobre a educação. A função

política destes discursos é, supostamente, elevar a qualificação como estratégia de controle social, frente aos efeitos perversos da globalização. Neste quadro, são retomados os discursos do capital humano e da gestão da qualidade total, além de discursos sobre os excluídos. Segundo as autoras, é neste quadro que podemos entender a emergência das políticas de qualificação profissional, vistas como as únicas capazes de fazer frente ao desemprego.

O artigo do colombiano Jackson Acosta Calderón, intitulado “Economía y Educación: la formación del capital humano en Colombia”, analisa a introdução das concepções de desenvolvimento econômico desde a década de 1950 na Colômbia. Calderón destaca que, paralelamente à difusão das concepções de planejamento, crescimento e eficiência, são inseridas práticas e valores empresariais na escola e na família. Novos valores e novas místicas são difundidos na escola e na família por meio de programas ditados pelos organismos internacionais de assistência. Seus objetivos seriam substituir, através da educação, os valores individuais e de subsistência da população rural colombiana pela lógica do consumo e pelos valores tipicamente capitalistas.

A complexa relação entre educação profissional e desenvolvimento econômico no capitalismo neoliberal é o tema mais geral que informa os artigos de Patrícia Trópia, intitulado “Ação Sindical e Educação profissional no contexto neoliberal” e o de Carlos Lucena, intitulado “Capital, ciência e precarização: um estudo sobre a (des)qualificação profissional dos trabalhadores da Petrobrás”. O artigo de Trópia analisa o papel funcional dos sindicatos, sobretudo da Força Sindical, na defesa e proposição de cursos de qualificação profissional como estratégia de combate ou prevenção ao desemprego. Na medida em que priorizam entre suas atividades aquelas relativas à oferta de cursos de qualificação profissional, as duas principais centrais sindicais brasileiras, CUT e Força Sindical, se tornam extremamente funcionais aos governos neoliberais. Por um lado, difundem a ideologia da empregabilidade, ideologia que individualiza as razões do desemprego e responsabiliza os trabalhadores por sua própria sorte no “mercado de trabalho”, e, por outro, crescem financeiramente, pois recebem recursos de monta do Estado para tal, ao preço do desmonte das políticas sociais, até então, baseadas na universalização dos direitos sociais. Carlos Lucena estuda o impacto das transformações no capitalismo monopolista sobre os trabalhadores petroleiros. Discute a qualificação profissional, articulada com o desemprego produzido pela atual crise do capitalismo, bem como a qualificação profissional como um instrumento de contenção da luta de classes.

As transformações na concepção e na prática educativa dos sindicatos é o tema do artigo do equatoriano Edson Paredes Buitrón, intitulado “La educación sindical: una opción desde la liberación”. Buitrón analisa os efeitos perversos da atual fase da globalização capitalista sobre a *Confederación Ecuatoriana de Organizaciones Sindicales Libres* (CEOSL), bem como os fatores internos que a levaram a se transformar. Buitrón destaca os processos de reestruturação nas empresas, cujo principal efeito – o desemprego – reverbera na organização sindical. As lideranças sindicais abandonam a perspectiva de classe e assumem uma orientação política patronal, inclusive no plano da educação sindical.

O artigo de Paulo Jorge de Oliveira Carvalho, “São Paulo: o jornal como intermediário entre setor comercial, mercado de trabalho e escola (1920-1930)”, analisa as demandas do setor comercial pela educação profissional na Primeira República. O tema central de sua pesquisa é a relação entre demanda por qualificação profissional exigida pelo comércio paulistano e o papel do ensino profissional na configuração do perfil dos trabalhadores deste setor. Para tanto, o autor tomou como fontes analíticas os anúncios classificados da seção “Empregos que se procuram” do jornal *O Estado de S. Paulo* que ofereciam empregos no setor comercial, bem como classificados da seção “Professores, aulas e cursos” que ofereciam cursos em escolas profissionais. Procurou

verificar que, apesar de tais concursos formarem trabalhadores para o mercado, essa formação tende a ser, no período pesquisado, cada vez menos orgânica e mais fragmentada em disciplinas isoladas, ou seja, menos formativa e mais técnica.

O último artigo, de autoria do chileno Jaime Caiceo Escudero, “El DUOC y su aporte a la educación de los obreros y campesinos chilenos durante su primera década de existencia (1968-1978)”, trata de uma experiência de formação operária e campesina no Chile. Criado por um grupo de estudantes e professores de pedagogia vinculados à Pontifícia Universidade Católica do Chile, o Departamento Universitario Obrero Campesino surge no contexto da reforma universitária, cujas bases eram a democratização social e a abertura da universidade católica para a população excluída.

O leitor encontrará neste número da revista PUC-Educação artigos que convergem em alguns aspectos: além da problemática histórica e da temática geral que os enfeixa – a relação entre Estado Burguês e Educação e a relação entre economia capitalista e Educação –, o tom dos trabalhos é predominantemente crítico. Em um momento em que, de um lado, os organismos internacionais forjam um discurso que eleva a educação à condição de redentora, *o alfa e o ômega* na solução de todos os problemas sociais, e, de outro, a política neoliberal desmonta o aparelho educacional e escolar em todos os níveis, nada mais relevante do que questionar: quais são as reais funções econômicas e políticas da educação brasileira hoje? Espera-se que os artigos aqui publicados contribuam com estudantes e pesquisadores da área da educação, em geral, e da história da educação profissional, em particular.

A partir do número 21, a revista PUC-Educação terá um novo projeto editorial e gráfico. Aproveitamos a oportunidade para fazer a chamada de artigos para o próximo número desta revista, a ser publicado no segundo semestre de 2006.

Patrícia Vieira Trópia
Editora-Adjunta
